Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou OdontoPrev), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 -14º Pavimento, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Tamboré – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário, de acordo com a Resolução da Diretoria Coligada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

A Companhia possui participação, direta e indireta conforme quadro a seguir:

31 de dezembro de 2015				
gadas Controle				
direta Conjunto				
16,1 -				
- 25,0				
- 49,0				
Olig				

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

OdontoPrev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da OdontoPrev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008, Controlada da Clidec, comercializa, no atacado e varejo, produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

G2D: constituida em 19 de dezembro de 2011, Coligada da OdontoPrev Serviços, detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de saúde.

Clidec Participações: constituida em 11 de junho de 2012, Controlada indireta da Companhia, que tem como acionistas a Clidec com 60% e alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz com 40%, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, controlada em conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Rede Dental: constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México (México) para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Em 06 de junho de 2013 obteve junto à Secretaria de Saúde autorização para operar como seguradora especializada em saúde e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Em 01 de abril de 2016 mediante Acordo de Acionistas (Acordo) a OdontoPrev, detentora de 60% das ações da Odontored, assume controle da mesma. O Acordo prevê uma opção de venda a ser exercida por parte dos acionistas minoritários que fora reconhecida como instrumento financeiro (notas 16.3 e 17.2).

Grupo Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, controlada em conjunto com o Grupo Fleury.

Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração (CA) em 26 de outubro de 2016.

2. Descrição das principais práticas contábeis

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo a premissa de continuidade. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS, e de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas: políticas contábeis

(a) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representadas por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento, segundo as regras do IFRS. As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à OdontoPrev.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio, apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados a aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. A participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos em suas Controladas, proporcional às participações (nota 1), bem como os resultados das equivalências patrimoniais. Também são eliminados os saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

(b) Coligadas

São todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

(c) Controle conjunto (joint venture)

São todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os investimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 Demonstrações financeiras intermediárias individuais

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 18).

2.5 Moeda

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Conversão de transações e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos circulantes), da data das transações (ativos e passivos não circulantes e patrimônio líquido), e média mensal (receitas e despesas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.6 Ativos circulantes

2.6.1 Classificação

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa corresponde as disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia e para os quais não haja restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 5).

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros para negociação, classificados nessa categoria se adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo, e correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 (a) e (b), e 6).

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento classificados no ativo não circulante, quando o vencimento é superior a 12 meses e são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos (notas 4.1.1 (c) e 6).

(d) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas Controladas compreendem os créditos de operações com planos de assistência à saúde (nota 7).

Na Companhia são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos. Na Controlada Odontored são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de seguros no resultado conforme período de cobertura dos contratos vigentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos, significativamente, pela Companhia e suas Controladas.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.6.5).

2.6.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política de gestão de risco de liquidez (nota 4.1.3).

2.6.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se há a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Atualmente o IRPJ e CSLL correntes no passivo circulante são apresentados líquidos de suas antecipações.

2.6.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período, se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, conforme os seguintes critérios: a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; b) quebra de contrato (inadimplência ou juros no pagamento do principal); c) declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço; d) desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro; e) dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo orientações do CPC 38/IAS 39, nos quais as perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber.

2.6.6 Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Costs)

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento nos contratos coletivos e comissões pagas no contratos individuais anuais, ambos apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

2.7 Ativos não circulantes

2.7.1 Realizável a longo prazo

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 9.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

(b) Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos à cobrança do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre autônomos, nota 16.1 b (i), e a majoração de alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme nota 9.2.

2.7.2 Investimentos

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controle Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 10).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7.3 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.7.4 Intangível

(a) Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio *(goodwill)* fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (nota 12.1). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas (nota12.1). É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, se houver, as quais não são revertidas.

(b) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos até que estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, no prazo de 60 meses (nota 12.2).

Os gastos de manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

(c) Ativos intangíveis - OdontoServ

Valores de ágio atribuídos à marca e carteira de clientes são amortizados pelo método linear, pelos prazos identificados em laudo de avaliação (notas 12.2 e 12.3).

2.8 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme deliberação CVM 639/10, CPC 01 (R1)/IAS36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment* (nota 12.1).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Contratos de planos de assistência odontológica

A Companhia emite contratos de assistência odontológica nos quais assume riscos: (i) financeiro, (ii) de seguro e (iii) de flutuação dos custos odontológicos (notas 4.1 e 4.2).

A Companhia classificou os contratos relativos a planos coletivos pós-pagamento como "contratos de investimento", aqueles que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante (nota 4.2), na aplicação inicial do CPC11/IFRS 4, registrado contabilmente no resultado em "contraprestações líquidas – pós-pagamento" pelo valor de custo.

(a) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

A Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2015 o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de assistência odontológica vigentes na data. Este teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro segundo o CPC 11/IFRS 4, deduzidos dos ativos, diretamente relacionados aos contratos de seguros, como por exemplo a DAC.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC ou os custos de aquisição até o limite de zero (ou outros ativos, como os originados de contratos de exclusividade relacionados a contratos de seguro) e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste quando o valor da perda ultrapassar o saldo contábil desses ativos. Qualquer ativo que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecido pela Companhia.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizandose as premissas da data de execução deste, não identificando qualquer insuficiência na comparação do resultado com os passivos correlacionados.

2.10 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

Conforme RN 393/15, a Companhia e suas Controladas constituem no passivo circulante a "provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)" reconhecendo a receita conforme período de vigência contratual (nota 13.2).

Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)" de acordo com a RN 393/15. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos" (nota 13.2).

As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN 393/15, "provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)", estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia (nota 2.18 e 13.2).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Tributos e contribuições a recolher

(a) Obrigações fiscais federais

- (i) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano, e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado.
- (ii) Demais obrigações fiscais federais: composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e COFINS as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente as quais são constituídas à alíquota de 0,65% e de 4,0% respectivamente, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos.

(b) Obrigações fiscais municipais

Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída às alíquotas que variam de 2,0% a 5,0%.

2.12 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões a pagar, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.13 Débitos diversos

Obrigações a pagar a colaboradores, fornecedores, acionistas e adiantamentos de clientes decorrentes de recebimentos antecipados.

2.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)

Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37, no qual apenas os processos estimados como "perdas prováveis", baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e no posicionamento do judiciário, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 16.1)

De acordo com o histórico, também são provisionados, equivalente a 25% do valor pretendido, os valores correspondentes ao fluxo provável de saída de caixa relacionados aos processos que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia e/ou suas Controladas são partes. Tais processos por estarem diretamente relacionados com a atividade da Companhia e/ou de suas Controladas, a depender do seu resultado, podem: a) evidenciar uma falha na operação; b) indicar possível

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deficiência na prestação do serviço; c) macular a imagem. Assim, os consideramos relevantes para fins de provisionamento.

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos Órgãos de Defesa do Consumidor (ex. Procon), ANS e Órgãos de Classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. A Companhia e suas Controladas também consideram relevantes tais processos administrativos. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde e demais avaliações de âmbito regulatório, e os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor e órgãos de classe podem acarretar prejuízos materiais e de imagem a Companhia ou suas Controladas.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa selic).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 17.1).

A Companhia recompra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 17.6), as quais são registradas como dedutibilidade das reservas de lucros.

2.17 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de prépagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.10 e 13.2).

(b) Vendas de bens e serviços

Provenientes das Controladas, (nota 18 (d)) são apropriadas ao resultado conforme regime de competência.

(c) Seguros

Corresponde as receitas provenientes da prestação de serviços de assistência odontológica por intermédio da Controlada Odontored, seguradora localizada na Cidade do México (México) apropriadas ao resultado conforme vigência do risco deduzidas das respectivas reservas técnicas.

(d) Financeiras

Receitas geradas pelas aplicações financeiras, atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais (nota 23).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.18 Custo de serviços prestados

Os serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas é reconhecido no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência (nota 20).

Os sinistros provenientes da Controlada Odontored são reconhecidos no resultado pelo regime de competência juntamente com a respectiva reserva técnica de sinistros.

2.19 Benefícios a empregados e Administradores

Em relação às participações de empregados e Administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, a Companhia e suas Controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19; e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais, de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações (nota 17.6), inclusive, conforme determinações contidas no documento CPC 10 (R1)/IFRS 2. A contabilização dessas despesas operacionais é em contrapartida à conta do patrimônio líquido "opções outorgadas".

A Companhia concede opções de compra de ações (*stock options*) que são exercidas em data futura e após um período de carência, cujo exercício é sujeito à permanência do beneficiário por um período determinado de tempo e prestando serviços para a Companhia (condição denominada como *vesting condition* pelo CPC 10 (R1)/IFRS 2).

Na data de outorga da opção, a Companhia calcula o valor justo de cada opção segundo a metodologia financeira "Black & Scholes", levando em consideração diversos fatores, como volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado das ações, período de carência, taxa de desconto livre de risco, entre outros fatores. A despesa do programa de opções de compra de ações é registrada segundo o período de competência e conforme o beneficiário presta serviços para a Companhia até a data em que o instrumento de capital poderá ser adquirido pelo beneficiário (nota 17.6).

2.20 Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da OdontoPrev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago até o término do exercício social, na conta "dividendo adicional proposto", até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.21 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 (nota 25).

2.22 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O IASB publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2017, aqueles que podem ter algum impacto para a Companhia estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. A norma foi aprovada e entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

A IFRS 15 vai substituir a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2018. Apesar das receitas de contratos de seguros estarem fora do seu escopo, a Companhia ainda está avaliando os efeitos que o IFRS 15 pode vir a apresentar nas suas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, as quais são revisadas periodicamente. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(a) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (nota 2.6.5).

Atualmente, as perdas identificadas na avaliação da recuperabilidade do contas a receber, classificada no resultado em "provisão para perdas sobre créditos", representam cerca de 4,3% das receitas totais da Companhia e de suas Controladas, sendo que aproximadamente 85,2% do total das perdas provêm dos contratos individuais.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis (notas 2.7.1 (a) e 9.1).

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para ativos não financeiros. Na apuração de *impairment* do ágio, a Companhia emprega a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado (notas 2.8 e 12.1).

(d) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia dispõe de contratos de planos de assistência odontológica na modalidade pré-pagamento que são classificados por similaridade como contratos de seguro em decorrência da transferência de risco de seguro para a Companhia. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações (vide política sobre gestão de risco de seguro e análise de sensibilidade na nota 4.2).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e instância de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37 (nota 16.1).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir, são gerenciados por diferentes departamentos, e contemplam uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria que foi criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Em seu mercado de atuação e situação patrimonial, o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 392/15, da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em 30 de setembro de 2016, 97,9% (93,6% em 31 de dezembro de 2015) dos recursos estão aplicados em fundos de investimentos. Tais fundos, são impactados pelas variações das taxas do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008 e ao CPC 40 (R1), a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa selic, conforme destacado no quadro a seguir:

							Consolidado
						30 de sete	embro de 2016
		Certificados de depósitos	Fundos de	Fundos de investimentos	Total	Títulos públicos	Total não
	Selic (a.a)1	bancários (CDBs)	investimentos	(multimercado)	circulante	federais (NTN-B)	circulante
Aplicações		7.981	2.342	373.717	384.040	14.204	14.204
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:							
Provável	12,50%	998	293	46.715	48.005	1.776	1.776
Queda 25%	9,38%	748	220	35.036	36.004	1.332	1.332
Queda 50%	6,25%	499	146	23.357	24.003	888	888
Elevação 25%	15,63%	1.247	366	58.393	60.006	2.219	2.219
⊟evação 50%	18,75%	1.496	439	70.072	72.008	2.663	2.663

Baseada nas curvas de juros disponibilizadas pela BM&F Bovespa S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) distribuição e classificação das aplicações em CDBs junto às instituições financeiras e agências de crédito:

				Consolidado	lidado Ratings das instituições financeiras						
						Fitch		Moody's		S&P	
		Rendimento		Rendimento							
	30 de setembro	médio - % do	31 de dezembro	médio - % do							Nível
	de 2016	CDI	de 2015	CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP	hierárquico1
Banco Industrial e Comercial S.A.	830	102,5%	750	102,5%	F1+ (bra)	AAA (bra)	BR-1	Aaa.br	-	brBBB	2
Banco Santander Brasil S.A.	6.635	101,2%	19.551	101,2%	F1+ (bra)	AAA (bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAA-	2
Banamex	516	0,0%	-	0,0%	F1+ (mex)	AAA (mex)	P-1	A2	mxA-1+	mxAAA	2
	7 981		20 301								

¹ Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado (nota 2.6.3)

(b) fundos de investimentos (multimercado)

Em 30 de setembro de 2016, o fundo exclusivo mantém aplicado 100% de suas cotas no Fundo de Renda Fixa – BRAM FI REF DI CORAL, no montante de R\$373.717, classificada como nível hierárquico 2.

(c) títulos públicos federais (NTN-B)

Em 30 de setembro de 2016, o saldo aplicado em Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) é de R\$14.204, com vencimento até 15/08/2026, classificada como nível hierárquico 1.

4.1.2 Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das contraprestações, aplicações financeiras e serviços vencidos. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber e apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.6.5).

A Companhia não tem cliente que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e das suas Controladas, assim como dos seus instrumentos financeiros. Elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada e corretores, principais fornecedores, transcorrem ao longo do mês.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Risco de seguro e risco de flutuação dos custos odontológicos

O modelo de negócio da OdontoPrev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes, em contratos de médio e longo prazo, e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização dos serviços prestados junto à rede credenciada, e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: implica em determinar quem arca com o custo do tratamento odontológico durante o contrato, e classificam-se em pré-pagamento ou pós-pagamento.

O custo do tratamento odontológico pode ser suportado pela Companhia, pelo cliente ou compartilhado por ambos. Quando a OdontoPrev arca total ou parcialmente com esse custo, a taxa mensal *per capita* embute a previsão atuarial desses, despesas administrativas e comerciais (pré-pagamento). Quando o cliente arca com o referido custo, a taxa mensal *per capita* cobrada inclui apenas as despesas administrativas e comerciais, sendo os honorários dos cirurgiões-dentistas repassados diretamente ao cliente (pós-pagamento).

O pré-pagamento tem sido a opção da grande maioria dos clientes, pois é mais previsível evitando oscilações não previstas de custo ao longo do contrato.

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) rede credenciada; (ii) sua livre escolha; ou (iii) unidades próprias de atendimento. Na rede credenciada o beneficiário recebe os serviços odontológicos de que necessita, dentro da cobertura a que tem direito, sem qualquer desembolso adicional, contando com atuação dos sistemas de controle de qualidade e seleção dos profissionais. No sistema de livre escolha o beneficiário é atendido pelo profissional de sua preferência, efetuando o pagamento diretamente a este e, posteriormente, solicitando o reembolso dos valores gastos, nos limites de seu contrato. No atendimento em unidades próprias, duas modalidades são possíveis: o plano odontológico propriamente dito, denominado pela ANS de segmento odontológico próprio, ou a locação de consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente.

No primeiro modelo, ocorre a definição de uma cobertura determinada e o pagamento pelo beneficiário de uma taxa mensal *per capita*. No segundo modelo, ocorre simplesmente o pagamento de um valor fixo por consultório, sem definição de cobertura, designação de beneficiários ou taxa *per capita*.

Modelo de adesão: determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano, e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente, pelo beneficiário, ou rateado por ambos.

Coberturas: é o conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano odontológico contratado. A regulamentação vigente determina uma cobertura odontológica mínima, definida pela ANS.

Fatores moderadores de utilização: regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos, os quais contribuem na definição do custeio desses serviços e evitam o uso predatório e abusivo do sistema. Os principais tipos empregados são: (i) co-participação, que consiste no pagamento pelo próprio beneficiário de uma parte do valor dos tratamentos efetivamente realizados; (ii) carências, que consistem em períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fatores moderadores estão presentes em diversas estruturas de planos odontológicos, sobretudo nos planos por adesão e para clientes individuais.

Honorários: são consideradas remunerações diferenciadas para os profissionais da rede credenciada, bem como diversos patamares de reembolso de livre escolha.

Adicionalmente, ao risco de seguros, o risco de flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos. Tais custos podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e maiores valores de materiais odontológicos.

Para controle destes a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, através de imagens e de análise do prontuário eletrônico do beneficiário, monitorando, assim, os custos odontológicos e promovendo a governança clínica dos eventos realizados, em prol dos beneficiários.

Os contratos coletivos (empresarial e por adesão), de forma geral, possuem prazo médio de 24 ou 36 meses, com cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos 12 meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas (custo de serviços dividido pela receita de vendas) e reajuste pela inflação conforme índice contratualmente estabelecido. É também comercializado contratos individuais ou familiares, com prazo de vigência de 12 meses, renovável automaticamente por tempo indeterminado, com cláusula de multa de rescisão em período anterior aos referidos 12 meses e cláusula de reajuste tendo por referência índice oficial contratualmente estabelecido.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos visando minimizar os riscos, bem como a manutenção do equilíbrio financeiro destes. Todos os procedimentos mencionados procuram minimizar eventuais perdas ou redução de margem de contribuição. Geralmente, é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permita uma margem capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia.

Conforme dados constantes da nota 18, em 30 de setembro de 2016 o índice de sinistralidade consolidado foi de 48,9% (46,1% em 30 de setembro de 2015) e a margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) de 41,9% (45,1% em 30 de setembro de 2015).

No quadro a seguir destacamos acréscimo/redução em margem de contribuição decorrentes das variações do índice de sinistralidade:

					Co	nsolidado
		_	٧	ariações do	índice de sinis	tralidade
	Períod 30 de setemb	do findo em ero de 2016		Igual a 60%	I	gual a 40%
Receita de vendas	1.013.082	100,0%	1.013.082	100,0%	1.013.082	100,0%
Custo de serviços¹	(495.550)	-48,9%	(607.849)	-60,0%	(405.233)	-40,0%
Resultado bruto	517.532	51,1%	405.233	40,0%	607.849	60,0%
Despesas de comercialização	(93.256)	-9,2%	(96.243)	-9,5%	(96.243)	-9,5%
Margem de contribuição	424.276	41,9%	308.990	30,5%	511.606	50,5%
¹Exclui provisão de eventos ocorrid	los e não avisados	(PEONA) e re	servas técnicas	de sinistros.		
(Redução)/Acréscimo em margem			(115.286)	-11,4 p.p	87.330	8,6 p.p

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 Risco de estratégia - mercado de atuação (concorrência)

A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo empresas do setor de assistência à saúde, principalmente as operadoras de seguro saúde, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas e operadoras exclusivamente odontológicas.

A OdontoPrev comercializa planos odontológicos a empresas, associações e individuais por meio de: (i) equipe própria de vendas; (ii) corretores externos; (iii) parcerias comerciais e novos canais de distribuição; (iv) Bradesco e (v) Banco do Brasil.

Os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição; e (v) regulamentação.

4.4 Risco legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

Durante o período de reporte a Companhia manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios (nota 13.1).

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Compannia		Consolidado
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa	9	15	67	46
Numerários em trânsito	12.835	11.322	12.963	11.417
Bancos conta depósito	1.533	1.086	2.930	1.668
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	3.287	3.106	3.434	3.227
	17.664	15.529	19.394	16.358

6. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento (aplicações financeiras)

		Companhia		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	
Circulante					
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	7.465	20.301	7.981	20.301	
Fundos de investimentos	-	-	2.342	2.149	
Fundo de investimento (multimercado)	360.283	-	373.717	-	
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	-	283.549	-	295.544	
Valor justo por meio do resultado	367.748	303.850	384.040	317.994	
Não Circulante					
Títulos públicos federais (NTN -B)	14.204	-	14.204	-	
Mantidos até o vencimento	14.204	-	14.204	-	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		30 de setembro de 2016
		Companhia e Consolidado
	Valor do custo atualizado	Valor justo
Títulos públicos federais (NTN-B)¹	14.204	14.367
Mantidos até o vencimento	14.204	14.367

¹ Título adquirido em 28/03/2016, portanto, não há saldo comparativo para 2015.

CDBs: referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária (nota 4.1.1 (a)).

Fundos de investimentos: os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Fundos de investimentos (multimercado): participação da Carteira Administrada pelo Bradesco *Asset Management* junto ao fundo Referenciado DI Coral.

Títulos públicos federais (NTN-B): referem-se a parte da Carteira Administrada, a qual é gerenciada pelo Bradesco *Asset Management*, (nota 4.1.1 (c)).

Uma parcela do saldo das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2016, no montante de R\$81.636 (R\$77.029 em 31 de dezembro de 2015) pela Companhia e R\$83.978 (R\$79.178 em 31 de dezembro de 2015) no Consolidado está vinculada à ANS para garantia das provisões técnicas, de acordo com a RN 392/15, sendo que não é obrigatória o vínculo de garantias para PESL que tenham sido avisados nos últimos 30 dias.

Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos de vencimentos originais:

					Companhia
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Circulante					
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	-	6.635	830	-	7.465
Fundos de investimentos (multimercado)	360.283	=	-	-	360.283
Valor justo por meio do resultado	360.283	6.635	830		367.748
Não circulante					
Títulos públicos federais (NTN-B)	-	-	-	14.204	14.204
Mantidos até o vencimento		<u>-</u>	-	14.204	14.204
30 de setembro de 2016	360.283	6.635	830	14.204	381.952
31 de dezembro de 2015		169.176	13.157	121.517	303.850

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da carteira de investimento está composta conforme abaixo:

_								Companhia
				Valor justo por meio	do resultado	Mantidos até o	vencimento	
_			Fundos de					
		Fundos de	investimentos	Títulos públicos		Títulos públicos	Não	
_	CDBs	investimentos	(multimercado)	federais	Circulante	federais (NTN-B)	circulante	Total
31 de dezembro de 2014	18.206	4.813	-	216.613	239.632	-		239.632
Aplicações	6.060	-	-	514.531	520.591	-	-	520.591
(-) Resgates	(6.310)	(5.063)	-	(481.099)	(492.472)	-	-	(492.472)
Rendimentos	2.345	250		33.504	36.099			36.099
31 de dezembro de 2015	20.301	<u> </u>	-	283.549	303.850	-	-	303.850
Aplicações	-	-	694.404	-	694.404	13.919	13.919	708.323
(-) Resgates	(14.556)	-	(367.377)	(283.549)	(665.482)	-	-	(665.482)
Rendimentos	1.720	-	33.256	-	34.976	285	285	35.261
30 de setembro de 2016	7.465	-	360.283	-	367.748	14.204	14.204	381.952

_								Consolidado
_				Valor justo por meio	do resultado	Mantidos até o		
			Fundos de					
		Fundos de	investimentos	Títulos públicos		Títulos públicos	Não	
	CDBs	investimentos	(multimercado)	federais	Circulante	federais (NTN-B)	circulante	Total
31 de dezembro de 2014	18.206	7.248	-	227.641	253.095	-		253.095
Aplicações	6.060	-	-	561.601	567.661	-	-	567.661
(-) Resgates	(6.310)	(5.522)	-	(528.450)	(540.282)	-	-	(540.282)
Rendimentos	2.345	423		34.752	37.520			37.520
31 de dezembro de 2015	20.301	2.149	-	295.544	317.994	-	-	317.994
Aplicações	516	-	739.718	-	740.234	13.919	13.919	754.153
(-) Resgates	(14.556)	-	(400.346)	(295.544)	(710.446)	-	-	(710.446)
Rendimentos	1.720	193	34.345	-	36.258	285	285	36.543
30 de setembro de 2016	7.981	2.342	373.717	-	384.040	14.204	14.204	398.244

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contraprestações pecuniárias a receber	154.018	142.265	155.067	143.354
Seguros a receber	-	-	5.193	-
Notas de débito	2.326	925	2.326	925
Créditos com operações	156.344	143.190	162.586	144.279
Provisão para perdas sobre créditos	(43.663)	(32.493)	(43.867)	(32.716)
Contas a receber de clientes	112.681	110.697	118.719	111.563

A seguir composições de créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento:

				Companhia				Consolidado
		Provisão para		31 de		Provisão para		31 de
	Créditos de	perdas sobre	30 de setembro	dezembro de	Créditos de	perdas sobre	30 de setembro	dezembro de
Vencimento	operações	créditos	de 2016	2015	operações	créditos	de 2016	2015
A vencer	90.352	(1.296)	89.056	85.738	96.391	(1.296)	95.095	86.594
Vencidas até 30 dias	21.363	(4.733)	16.630	18.383	21.364	(4.733)	16.631	18.389
Vencidas de 31 a 60 dias	8.818	(5.528)	3.290	4.659	8.820	(5.528)	3.292	4.661
Vencidas de 61 a 90 dias	6.633	(2.928)	3.705	1.917	6.629	(2.928)	3.701	1.919
Vencidas acima de 91 dias	29.178	(29.178)	-	-	29.382	(29.382)	-	-
	156.344	(43.663)	112.681	110.697	162.586	(43.867)	118.719	111.563

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos e o saldo de contas a receber de clientes, líquidas são demonstrados na tabela a seguir:

_		Companhia	Consolidado			
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015		
Créditos de Operações	156.344	143.190	162.586	144.279		
Provisão para perdas sobre créditos	(43.663)	(32.493)	(43.867)	(32.716)		
Saldo no início do período	(32.493)	(34.706)	(32.716)	(35.357)		
Reversões (provisões) constituídas no período, líquidas	(43.080)	(31.892)	(43.290)	(32.022)		
Perdas	31.910	34.105	32.139	34.663		
(=) Contas a receber de clientes	112.681	110.697	118.719	111.563		
Adiantamentos de clientes	(2.827)	(2.375)	(2.832)	(2.597)		
(=) Contas a receber de clientes, líquidas	109.854	108.322	115.887	108.966		

8. Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)

		Companhia	Consolidad				
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015			
IRPJ	22	22	4.061	4.641			
CSLL	52	52	962	1.320			
IRRF	1.133	435	1.568	581			
PIS e COFINS	218	218	2.563	3.821			
ISS	1.092	855	1.121	881			
OUTROS	-	-	111	34			
	2.517	1.582	10.386	11.278			

9. Realizável a longo prazo

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

				Companhia	Consolida				
	31 de dezembro de	Debitado (creditado)	30 de setembro de	Expectativa de	31 de dezembro de	Debitado (creditado)	30 de setembro de	Expectativa de	
	2015	no resultado	2016	realização	2015	no resultado	2016	realização	
Provisão para perda sobre créditos	11.433	3.700	15.133	até 12 meses	11.601	3.769	15.370	até 12 meses	
Provisões para contingências fiscais, previdenciárias,				acima de 12 meses				acima de 12 meses	
trabalhistas e cíveis	86.017	17.232	103.249	(nota 16.1 b)	86.130	17.232	103.362	(nota 16.1 b)	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura -									
Incorporadas	492	(389)	103	até 12 meses	492	(389)	103	até 12 meses	
Outras provisões	10.301	62	10.363	até 12 meses	11.193	814	12.007	até 12 meses	
	108.243	20.605	128.848		109.416	21.426	130.842		
Imposto de renda diferido	79.590	15.151	94.741		80.453	15.084	96.207		
Contribuição social diferida	28.653	5.454	34.107		28.963	5.430	34.635		

9.2 Depósitos judiciais

	Companhia	Consolidado				
30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015			
1.749	1.584	3.853	3.690			
-	-	1.889	1.889			
1.749	1.584	1.964	1.801			
44.497	41.901	44.960	42.224			
43.727	41.215	43.727	41.215			
770	686	1.233	1.009			
1.466	1.049	1.487	1.070			
47.712	44.534	50.300	46.984			
	1.749 - 1.749 44.497 43.727 770 1.466	30 de setembro de 2016 1.749 1.584 1.749 1.584 44.497 41.901 43.727 41.215 770 686 1.466 1.049	30 de setembro de 2016 31 de dezembro de 2015 30 de setembro de 2016 1.749 1.584 3.853 1.749 1.584 1.964 44.497 41.901 44.960 43.727 41.215 43.727 770 686 1.233 1.466 1.049 1.487			

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 Outros créditos a receber (realizável a longo prazo)

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas de empresas adquiridas (nota 12.1), que tem como contrapartida o valor registrado em outras exigibilidades (nota 16.2).

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
DentalCorp	1.307	1.241	1.307	1.241
Grupo Papaiz	-	-	1.323	1.323
	1.307	1.241	2.630	2.564

De acordo com contrato firmado os antigos sócios dessas empresas, em determinadas circunstâncias, garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia e suas Controladas sejam obrigadas a efetuar. Os montantes registrados em outros créditos encontram-se garantidos em aplicações efetuadas em fundos de investimentos e CDBs em nome dos antigos sócios que somente poderão movimentar estas aplicações com autorização da Companhia e de suas Controladas, minimizando assim qualquer risco de crédito relativo a operação de aquisição do controle societário das empresas mencionadas.

10. Investimentos

							Companhia
						Outras	
				Participações en	n controladas	participações	
	OdontoPrev						
Dados em 30 de setembro de 2016	Clidec	Serviços	Rede Dental	Odontored	Total	Brasildental	Total
Capital social	12.790	2.278	1.162	3.128	-	9.500	-
Cotas/ações	12.790	2.278	1.162	19.511	-	380.000	-
Participação (%)	99,9	99,9	99,9	60,0	-	25,0	-
Ativos	26.054	15.129	6.779	10.036	57.998	17.370	75.368
Passivos líquidos de provisões judiciais	1.780	5.213	2.889	5.720	15.602	8.266	23.868
Provisões judiciais	2.527	258	31	-	2.816	-	2.816
Patrimônio líquido	17.342	8.733	3.110	5.751	34.936	6.545	41.481
Receitas	15.300	23.696	9.900	4.527	53.423	14.616	68.039
Custos e Despesas	9.623	22.146	8.566	5.783	46.118	10.421	56.539
Impostos e participações	1.272	626	585	-	2.483	1.635	4.118
Lucro (prejuízo) do período	4.404	925	749	(1.435)	4.643	2.559	7.202
31 de dezembro de 2015	17.841	11.635	5.109	3.086	37.671	511	38.182
Aumento de capital	-	-	-	1.488	1.488	1.125	2.613
Dividendos	(500)	(3.000)	(2.000)	-	(5.500)	-	(5.500)
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	4.404	924	749	(1.198)	4.879	640	5.519
30 de setembro de 2016	21.745	9.559	3.858	3.376	38.538	2.276	40.814

11. Imobilizado

_											Companhia
										Outras	
	Equiptos. de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de uso	Imobilizações	imobilizações	
_	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	próprio	em curso	(benfeitorias)	Total
31 de dezembro de 2015	5.237	461	2.120	376	2.791	1.290	14	12.289	270	2.919	15.478
Aquisições	1.063	216	68	152	225	66	-	1.790	-	1.600	3.390
Baixas	(11)	(46)	-	(1)	(6)	-	-	(64)	-	-	(64)
Depreciações	(1.051)	(99)	(191)	(59)	(327)	(106)	(6)	(1.839)	-	(748)	(2.587)
30 de setembro de 2016	5.238	532	1.997	468	2.683	1.250	8	12.176	270	3.771	16.217
Custo de aquisição	15.014	1.401	2.583	1.248	5.303	2.208	431	28.188	270	6.485	34.943
Depreciações acumuladas	(9.776)	(869)	(586)	(780)	(2.620)	(958)	(423)	(16.012)	-	(2.714)	(18.726)
30 de setembro de 2016	5.238	532	1.997	468	2.683	1.250	8	12.176	270	3.771	16.217
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10	-	-	20	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

											Consolidado
-										Outras	<u>.</u>
	Equiptos. de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de uso	Imobilizações	imobilizações	
	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	próprio	em curso	(benfeitorias)	Total
31 de dezembro de 2015	5.451	454	2.207	462	3.184	1.412	900	14.070	1.799	3.614	19.483
Consolidação Odontored1	101	-	-	-	47	-	-	148	-	176	324
Aquisições	1.336	216	68	164	249	66	50	2.149	10	1.987	4.146
Baixas	(11)	(46)	-	(4)	(6)	-	(31)	(98)	-		(98)
Depreciações	(1.074)	(97)	(205)	(68)	(382)	(116)	(120)	(2.062)	-	(918)	(2.980)
30 de Setembro de 2016	5.803	527	2.070	554	3.092	1.362	799	14.207	1.809	4.859	20.875
Custo de aquisição	16.103	1.434	4.013	1.494	6.127	2.333	2.739	34.243	1.837	9.006	45.086
Depreciações acumuladas	(10.300)	(907)	(1.943)	(940)	(3.035)	(971)	(1.940)	(20.036)	(28)	(4.147)	(24.211)
30 de Setembro de 2016	5.803	527	2.070	554	3.092	1.362	799	14.207	1.809	4.859	20.875
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10			20	

12. Intangível

12.1 Ágio (goodwill) na aquisição de investimentos

O ágio é alocado às unidades de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que o originou, conforme destacado a seguir:

	Dados	s históricos r	elativos a					31 de dezembro
	aq	uisição e/ou	aprovação			30 de setembro de 2016		
			Valor	Data da				
	Data	Valor total	patrimonial	incorporação	Ágio	Amortização¹	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18/10/2009	723.392	313.752	01/07/2010	409.640	-	409.640	409.640
OdontoServ ²	27/02/2009	30.841	10.025	01/12/2009	20.816	-	20.816	20.816
Prontodente	22/12/2008	5.445	(235)	01/12/2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24/10/2008	9.203	82	01/12/2009	9.121	(303)	8.818	8.818
SRJSPE	26/06/2008	13.720	(130)	01/12/2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Care Plus	19/06/2008	13.113	(230)	01/12/2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
Biodent	19/06/2008	2.837	98	01/12/2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Rede Dental	08/10/2007	7.584	(119)	não incorporada	7.703	(1.544)	6.159	6.159
DentalCorp	09/02/2007	25.244	386	03/03/2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
Companhia		831.379	323.629	•	507.750	(14.874)	492.876	492.876
Easy	08/07/2008	3.100	456	não incorporada	2.644	(265)	2.379	2.379
G2D³	09/08/2012	750	416	não incorporada	334	-	334	334
Grupo Papaiz⁴	31/01/2013	5.487	780	não incorporada	4.707	<u> </u>	4.707	4.707
Consolidado		840.716	325.281		515.435	(15.139)	500.296	500.296

¹ Amortização linear acumulada até 31 de dezembro de 2008. Após esta data são realizados teste de *impairment*.

O último teste de *impairment* foi realizado em 31 de dezembro de 2015, no qual foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado baseada na natureza da unidade geradora de caixa avaliada, na existência de controle financeiro e operacional histórico da UN, na disponibilidade de projeções financeiras e em discussões com a Administração. Não foram identificados indícios de *impairment* para estes ativos, desta forma, concluímos não ser necessária constituição de provisão para perda.

12.2 Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de software e outros

			Companhia		Consolidado	
	Período de amortização	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	
Desenvolvimento de sistemas	60 meses	36.331	31.179	39.514	31.450	
Licenças de uso de software	60 meses	15.170	14.117	16.765	15.780	
Ativos intangíveis - OdontoServ	linear vida útil - laudo de avaliação	8.527	8.527	8.527	8.527	
Outros		-	-	19	19	
Amortizações acumuladas		(26.552)	(24.313)	(28.494)	(24.881)	
		33.476	29.510	36.331	30.895	

² Inclui Adcon incorporada em 01 de maio de 2014.

³ Empresa coligada (nota 1).

⁴ Equivale a 60% da participação da empresa Clidec na Clidec Participações (nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3 Movimentação do ativo intangível

					Companhia
		Desenvolvimento de			
	Ágio na aquisição de	sistemas e licença de	Ativos intagíveis -		
	investimentos	uso de software	OdontoServ	Outros	Total
31 de dezembro de 2015	492.876	28.107	1.403	-]	522.386
Adições	=	6.206	-	-	6.206
Amortizações	<u> </u>	(1.916)	(324)	-	(2.240)
30 de setembro de 2016	492.876	32.397	1.079	<u> </u>	526.352
Custo	507.750	51.501	8.527	-	567.778
Amortizações acumuladas	(14.874)	(19.104)	(7.448)	-	(41.426)
Saldo contábil, líquido	492.876	32.397	1.079	-	526.352
		Desenvolvimento de			Consolidado
		Desenvolvimento de			
	Ágio na aquisição de	sistemas e licença de	Ativos intagíveis -		
	investimentos	uso de software	OdontoServ	Outros	Total
31 de dezembro de 2015	500.296	29.473	1.403	19	531.191
Consolidação Odontored¹	-	-	-	1.455	1.455
Adições	-	6.276	-	-	6.276
Amortizações	-	(1.954)	(324)	(17)	(2.295)
30 de setembro de 2016	500.296	33.795	1.079	1.457	536.627
Custo	515.435	54.758	8.527	1.474	580.194
Amortizações acumuladas	(15.139)	(20.963)	(7.448)	(17)	(43.567)
Saldo contábil, líquido	500.296	33.795	1.079	1.457	536.627

¹Controle assumido em 01/04/2016 (nota 1).

13. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com RN 209, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 247/11, 313/12, 393/15 e Instrução Normativa (IN) 50/12.

13.1 Recursos próprios mínimos

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base.
- (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações, ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos.

Na tabela a seguir destacamos cálculo de PMA, MS e S:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

> Companhia 30 de setembro de 2016 31 de dezembro de 2015 Capital base 7.908 7.266 (x) Fator K1 0,48% 0,48% Patrimônio mínimo ajustado (PMA) 38 35 Patrimônio líquido contábil 666.230 651.602 Obrigações legais² 51.257 62.588 Participações societárias em outras operadoras (6.135)(5.621)Despesas de comercialização diferidas (13.558)(11.689)(1.079)Despesas antecipadas (1.428)(526.352)(522.386)Intangível Patrimônio líquido ajustado (PLA) 170.014 173.415 (A) 0,20 vezes da soma das contraprestações - últimos 12 meses 271.285 253.305 (B) 0,33 vezes da média dos eventos - útimos 36 meses 164.538 152.095 Margem de solvência (MS) total = maior entre (A) e (B) 271.285 253.305 Insuficiência total³ (PLA - MS total) (101.271)(79.890) MS exigida4 (%) 53,915% 48,380% MS exigida4 (R\$) 146.263 122.549 Suficiência exigida (PLA - MS exigida) 23.751 50.866

Vale ressaltar que o patrimônio líquido da OdontoPrev foi reduzido em R\$20.231 pela constituição da opção de venda da Odontored (notas 16.3 e 17.2).

13.2 Movimentação das provisões técnicas

Conforme CPC 11/IFRS 4 parágrafo 37 destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros), bem como dos ativos diretamente relacionados aos contratos de seguros:

				Companhia					C	Consolidado
	PPCNG	PESL	PEONA	DAC1	PPCNG	PESL	PEONA	SEGUROS	SINISTROS	DAC1
31 de dezembro de 2014	87.716	14.453	66.819	11.398	87.845	15.021	67.899	-	-	11.398
Eventos indenizáveis líquidos	-	525.023		-		525.929	-			-
Eventos pagos	=	(525.678)	-	-	-	(526.863)	-	-	=	-
Variação de PEONA	=	=	339	-	-	=	106	-	=	-
Contraprestações não ganhas	1.300.971	-	-	-	1.316.101	-	-	-	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(1.286.296)	-	-	-	(1.301.423)	-	-	-	-	-
Despesas de comercializações diferidas	=	=	-	26.592	-	=	=	-	-	26.592
Despesas de comercializações amortizadas	=	=	-	(26.301)	-	=	-	-	=	(26.301)
31 de dezembro de 2015	102.391	13.798	67.158	11.689	102.523	14.087	68.005	-		11.689
Eventos indenizáveis líquidos	= -	451.416				455.660	=	=		-
Eventos pagos	=	(444.126)	-	-	-	(448.398)	-	-	=	-
Variação de PEONA	=	=	7.820	-	-	=	7.886	-	=	-
Contraprestações não ganhas	1.050.440	=	-	-	1.060.312	=	-	-	=	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(1.039.376)	=	-	-	(1.049.275)	=	-	-	=	-
Despesas de comercializações diferidas	=	=	-	20.101	-	=	-	-	=	20.101
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	-	(18.232)	-	-	-	-	-	(18.232)
Seguros apropriados ao resultado	=	=	-	-	-	=	=	305	-	-
Seguros - Odontored ²	=	=	-	-	-	=	-	2.901	=	-
Sinistros ocorridos	=	=	-	-	-	=	-	-	107	-
Sinistros - Odontored ²	=	=	=	=	=	=	-	-	430	-
30 de setembro de 2016	113.455	21.088	74.978	13.558	113.560	21.349	75.891	3.206	537	13.558

¹ Ativo diretamente relacionado a contratos de seguros.

¹ Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário, região 4 conforme anexo RN 209/09

² De acordo com a IN ANS 50/2012, o montante das obrigações legais refere-se ao saldo contabil de provisões judiciais, fiscais e tributárias, em 31 de dezembro de 2012, deduzido das baixas realizadas em períodos subsequentes àquela data (liquidação no período de 2013 a 2020).

³ Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 313/12

⁴ Margem de solvência exigida conforme escala de diluição prevista na RN 313/12

² Controle assumido em 01/04/2016 (nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações fiscais (Tributos e contribuições a recolher)

		Companhia		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	
Obrigações fiscais federais	7.949	10.107	8.092	10.644	
IRPJ	5.844	6.773	5.859	7.180	
CSLL	2.105	3.334	2.233	3.464	
Demais obrigações federais	9.383	9.774	10.590	10.303	
COFINS	2.718	3.089	2.880	3.330	
PIS	442	502	497	552	
PIS COFINS CSLL (PCC)	1.230	1.206	1.240	1.217	
IRRF	4.227	4.178	4.357	4.375	
IVA¹	-	-	715	-	
Outras	766	799	901	829	
Obrigações fiscais estaduais	-	-	149	184	
Obrigações fiscais municipais	1.562	1.682	1.878	2.014	
	18.894	21.563	20.709	23.145	

¹ Imposto sobre valor agregado, proveniente da Odontored.

15. Outras contas a pagar

		Companhia	Consolidado			
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015		
Provisão diversas	14.702	14.496	15.303	15.173		
Comissões	4.198	3.813	4.198	3.813		
Suporte TI e atendimento	880	361	924	363		
Telecomunicações	975	516	977	533		
Serviços	1.763	1.925	2.126	2.422		
Associações de classe	-	320	-	320		
Locação	341	19	402	99		
Viagens	284	155	344	178		
Eventos indenizáveis e encargos	6.216	7.344	6.255	7.399		
Seguros	45	43	77	46		
Créditos a identificar¹	7.113	6.777	7.170	6.795		
Outros	834	120	899	218		
- -	22.649	21.393	23.372	22.186		

¹ Corresponde a valores recebidos de clientes e não identificados, mas não ultrapassando ao período de 60 dias.

16. Não circulante

16.1 Provisões para contingências

Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados, referem-se a 1.382 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 107 processos trabalhistas da Companhia e de suas Controladas. Em 30 de setembro de 2016, totalizam o montante de R\$44.997 (R\$40.467 em 31 de dezembro de 2015).

		Companhia	Consolidado			
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015		
Fiscais	1.394	1.394	2.562	2.565		
Previdenciárias e trabalhistas	299.088	249.298	299.391	249.600		
INSS	298.215	248.411	298.214	248.411		
Outros	873	887	1.177	1.189		
Cíveis	4.584	3.694	4.616	3.723		
	305.066	254.386	306.569	255.888		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Companhia
_				30 de sete	mbro de 2016	
		Previdenciários e	trabalhistas		-	31 de dezembro
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	de 2015
Saldo inicial	1.394	248.411	887	3.694	254.386	197.382
Constituição	-	29.405	31	2.433	31.869	36.478
Baixas	-	-	(62)	(2.104)	(2.166)	(1.316)
Atualização monetária	-	20.399	17	561	20.977	21.842
Provisão	1.394	298.215	873	4.584	305.066	254.386
Depósitos judiciais	(1.749)	(43.727)	(770)	(1.466)	(47.712)	(44.534)
Provisão líquida	(355)	254.488	103	3.118	257.354	209.852
Quantidade de processos					280	223

						Consolidado
				30 de sete	mbro de 2016	
		Previdenciários e	trabalhistas			31 de dezembro
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	de 2015
Saldo inicial	2.565	248.411	1.189	3.723	255.888	198.856
Constituição	-	29.405	31	2.433	31.869	36.603
Baixas	(3)	-	(62)	(2.109)	(2.174)	(1.445)
Atualização monetária	-	20.399	18	569	20.986	21.874
Provisão	2.562	298.215	1.176	4.616	306.569	255.888
Depósitos judiciais	(3.853)	(43.727)	(1.235)	(1.485)	(50.300)	(46.984)
Provisão líquida	(1.291)	254.488	(59)	3.131	256.269	208.904
Quantidade de processos					296	263

(a) Fiscais:

A Companhia e sua Controlada Clidec, através de ação judicial, pleitearam a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC7/70, e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos com base na alíquota de 3%. Houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS.

(b) Previdenciárias e trabalhistas:

(i) INSS

A Companhia discute judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC 84/96 e, após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Vale mencionar que a Bradesco Dental já possuía processo judicial com o mesmo objeto, tendo realizado depósitos judiciais até julho de 2010, data da incorporação societária pela Companhia, oportunidade em que esta assumiu o polo ativo da referida demanda. Em dados consolidados, em 30 de setembro de 2016, tais obrigações estão totalmente contabilizadas no montante de R\$298.215 (R\$248.411 em 31 de dezembro de 2015), para os quais foram realizados depósitos judiciais atualizados monetariamente de R\$43.727 (R\$41.215 em 31 de dezembro de 2015). A Controlada Rede Dental também mantém questionamento judicial, porém efetua regularmente os recolhimentos mensais.

Em 19 de abril de 2016 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu decisão favorável no processo movido pela Bradesco Dental. O processo encontra-se na vara de origem, onde já foi efetuado, pela Companhia, o pedido de levantamento dos depósitos judiciais. Os autos aguardam manifestação da Procuradoria da Fazenda Nacional

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre o referido pedido. A Companhia reconhecerá os efeitos da decisão transitada em julgada, quando da determinação, por parte do referido juízo, da emissão do alvará de levantamento dos depósitos judiciais.

O processo relativo a fatos geradores a partir de julho de 2010, aguarda decisão do STJ.

(ii) Outras

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; (v) indenizações. Em 30 de setembro de 2016 o montante total provisionado é de R\$1.176 (R\$1.189 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Contingências cíveis:

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando em 30 de setembro de 2016 o montante de R\$4.616 (R\$3.723 em 31 de dezembro de 2015).

(e) Autos de infração stock options

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, abaixo resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

- (i) Créditos tributários referente a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes de R\$23.113 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$3.735 (terceiros). Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 9ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto-SP, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock up* da base de cálculo. Valor pós-decisão: R\$14.971. Em 07 de junho de 2016 a Companhia interpôs Recurso voluntário ao CARF. A probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível.
- (ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda na Fonte (IRRF), relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$14.425. Impugnação apresentada, os autos aguardam julgamento na Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto-SP. A probabilidade julgada pela Administração, baseada também na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda remota.

A Companhia protocolou, em 02 de outubro de 2015, impugnação contestando os valores exigidos na autuação fiscal comentada.

16.2 Outras exigibilidades

		Compannia		Consolidado
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
DentalCorp	767	1.121	767	1.121
Grupo Papaiz	-	-	1.322	1.323
	767	1.121	2.089	2.444

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Opção de venda em controlada

Conforme acordo entre OdontoPrev e Odontored (nota 1), assinado em 01 de abril de 2016, os acionistas minoritários a partir de 01 de abril de 2019 poderão exercer a opção de venda de suas ações à OdontoPrev, bem como a OdontoPrev, a partir da mesma data, poderá exercer a opção de compra das ações dos acionistas minoritários. O reconhecimento contábil do passivo financeiro em 30 de setembro de 2016 decorrente da existência da opção de venda (CPC 39.23), no montante de R\$20.231, foi efetuado considerando o valor presente do preço do exercício e teve como contrapartida, com a adoção do método do acesso presente, o patrimônio líquido na conta "outras reservas de capital" (nota 17.2). As principais premissas utilizadas na mensuração do preço do exercício estão descritas a seguir:

Preço base de exercício da opção: maior montante entre (i) aportes de capital realizados pelos minoritários até a data do exercício da opção de venda multiplicada por três; (ii) nove vezes o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) dos 12 meses que antecedem a data do exercício.

Taxa de desconto: utilizada taxa de remuneração de bônus governamentais do México (4,83% a.a.).

Taxa de conversão: equivale a paridade reais x pesos mexicanos obtida junto ao site do Banco Central do Brasil na data do reporte.

Alterações prospectivas no valor presente do preço de exercício serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$506.557, dividido em 531.294.792 ações ordinárias, sem valor nominal.

Conforme artigo 8º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a emissão de até 80.000.000 ações, sem reforma estatutária.

A cotação de fechamento das ações da Companhia (ODPV3 - BM&FBOVESPA) em 30 de setembro de 2016 correspondeu a R\$12,93 (R\$9,45 por ação em 31 de dezembro de 2015). O valor patrimonial da ação em 30 de setembro de 2016 foi de R\$1,26 (R\$1,23 por ação em 31 de dezembro de 2015).

17.2 Reservas de capital

	Cor	mpanhia e Consolidado
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ágio na emissão de ações	48.392	48.392
Opções outorgadas	23.594	31.844
Outorga de opções de ações diferidas	(14.561)	(19.356)
Capital adicional integralizado	(24.269)	(32.450)
Outras reservas de capital	(20.231)	-
	12.925	28.430

Opções outorgadas: saldos da 5ª, 6ª e 7ª e montante estimado da 8ª, 9ª e 10ª outorgas de opções, utilizando a metodologia de cálculo *Black & Scholes*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outorga de opções de ações diferidas: montante estimado da 8ª, 9ª e 10ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting.*

Capital adicional integralizado: montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo Black & Scholes e o montante de exercício da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª outorga de opções.

Outras reservas de capital: contrapartida da opção de venda registrada no exigível a longo prazo (nota 16.3). O montante de R\$20.231 é composto por R\$24.844 de valor base descontado a valor presente deduzido de variação cambial negativa de R\$4.613.

17.3 Reservas de lucros

	Cor	npanhia e Consolidado
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reserva legal	66.635	66.635
Reserva estatutária	29.040	29.040
Reserva de incentivos fiscais	129	129
	95.804	95.804

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária: conforme Estatuto Social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, iii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas, e iv) constituição de reserva estatutária, referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios.

17.4 Ações em tesouraria

Em 25 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 6.202.418 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear 100% as opções de compra de ações outorgadas em 2011 (5ª), 2012 (6ª) e 2013 (7ª), o qual foi concluído em 03 de novembro de 2014 após aquisição de 5.294.627 ações e cancelamento de 907.791 opções face a desligamentos.

O saldo de ações em tesouraria de 30 de setembro de 2016 é de R\$4.437 equivalente a 488.195 ações (R\$28.520 referentes a 3.138.372 ações em 31 de dezembro de 2015). A cotação média de aquisição das ações foi de R\$9,09

17.5 Deliberações

No quadro a seguir destacamos, os montantes deliberados a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia						
Competência			Deliberação			
		Data do	Provento por			
2015	2016	pagamento	ação (R\$)	Data	Tipo	Aprovação
7.884	-	09/04/2015	0,01495	12/03/2015	Juros sobre capital próprio	RCA
9.881	-	07/07/2015	0,01874	11/06/2015	Juros sobre capital próprio	RCA
9.674	-	05/10/2015	0,01834	16/09/2015	Juros sobre capital próprio	RCA
10.696	-	06/01/2016	0,02025	14/12/2015	Juros sobre capital próprio	RCA
-	11.902	05/04/2016	0,02253	14/03/2016	Juros sobre capital próprio	RCA
-	11.402	05/07/2016	0,02157	14/06/2016	Juros sobre capital próprio	RCA
-	11.337	05/10/2016	0,02135	15/09/2016	Juros sobre capital próprio	RCA
38.135	34.641	pital próprio	Juros sobre ca			
59.932	-	03/06/2015	0,11364	29/04/2015	Dividendos intercalares	RCA
39.740	-	03/09/2015	0,07535	29/07/2015	Dividendos intercalares	RCA
33.808	-	03/12/2015	0,06401	28/10/2015	Dividendos intercalares	RCA
-	43.115	03/06/2016	0,08162	27/04/2016	Dividendos intercalares	RCA
-	23.779	05/09/2016	0,04497	27/07/2016	Dividendos intercalares	RCA
-	23.998	05/12/2016	0,04520	26/10/2016	Dividendos intercalares	RCA
133.480	90.892	intercalares	Dividendos			
49.331	-	04/05/2016	0,09340	11/04/2016	Dividendo adicional proposto	AGO
49.331	-	nal proposto	Dividendo adicio			
220.946	125.533	deliberados	Total de proventos			

RCA = Reunião do Conselho de Administração AGO = Assembleia Geral Ordinária

Dividendo adicional proposto: conforme AGO realizada em 11 de abril de 2016 foi aprovado o dividendo complementar de R\$49.331, sendo composto por R\$38.284 de parte do lucro líquido e R\$11.047 do saldo existente de reserva estatutária pago em 04 de maio de 2016.

17.6 Programa de outorga de opção de compra de ações

A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas Controladas, o qual foi alterado através da AGE de 20 de maio de 2015. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que terá poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano ficam limitadas a 5% do capital total.

Para as outorgas de 2007 a 2014 (1ª a 8ª outorgas) o preço de exercício será corrigido monetariamente pelo IGP-M, índice de preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios, deduzidas as remunerações efetuadas aos acionistas ocorridas no período. A partir das outorgas de 2015 (9ª e 10ª outorga) tal correção deixa de ser aplicada.

As opções poderão ser exercidas a partir de 3 anos, contados da data de celebração do respectivo Instrumento de Outorga (período de vesting).

Respeitado o prazo máximo de 6 (1ª a 8ª outorgas) e 5 (9ª e 10ª outorgas) anos para o exercício e o período de cada exercício, os beneficiários poderão exercer as opções, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, com 1 mês de antecedência de cada RCA, previstos no calendário de eventos corporativos, ou outro prazo comunicado previamente ao beneficiário.

Durante o prazo de 3 anos (1ª a 8ª outorga) e de 2 anos (9ª e 10ª outorga) a contar da data de exercício da opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações calculado de acordo com fórmula definida contratualmente.

A seguir relacionamos as 11 outorgas do plano de opção de compra de ações concedidas de 2007 a 2016, bem

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como o valor justo do benefício constituído, estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

								Outorgas			Valor just	o unitário do
						Original	Após desdo	obramentos²		Volatilidade	b	enefício (R\$)
		Data da				Valor da		Valor da	Taxa livre	anualizada		Na outorga
N٥	Ano	aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Quantidade	opção	Quantidade ³	opção	de risco (%)	esperada (%)	Na outorga	após <i>split</i> 1
1ª	2007	02/08/2007	DP	CA	221.859	44,85	2.662.308	3,74	11,3	33,9	20,18	1,68
2ª	2008	28/02/2008	DP	CA	353.494	32,42	4.241.928	2,70	11,4	24,3	19,72	1,64
3ª	2009	25/03/2009	DP	CA	255.002	17,60	3.060.024	1,47	9,3	40,6	14,17	1,18
4ª	2010	11/08/2010	CRH	CA	698.707	12,93	2.096.121	4,31	4,0	26,6	7,00	2,33
5ª	2011	20/09/2011	CRH	CA	583.815	20,87	1.751.445	6,96	5,3	30,1	13,23	4,41
6ª	2012	20/09/2012	CRH	CA	1.609.097	8,22	1.609.097	8,22	0,4	36,1	5,01	5,01
7ª	2013	20/08/2013	CRH	CA	3.000.000	7,44	3.000.000	7,44	5,1	36,2	3,66	3,66
8ª	2014	25/02/2014	DP	CA	228.497	7,30	228.497	7,30	5,7	33,4	3,25	3,25
9ª	2015	26/05/2015	CRH	CA	2.679.397	10,79	2.679.397	10,79	12,9	28,2	4,43	4,43
10 ^a	2015	19/11/2015	CRH	CA	2.572.186	9,81	2.572.186	9,81	15,4	27,3	4,29	4,29
11ª.	2016	01/07/2016	CRH	CA	392.680	11,41	392.680	11,41	12,2	29,5	6,03	6,03
							24.293.683					

DP = Diretor Presidente / CRH = Comitê de Recursos Humanos

O custo máximo, na data da outorga, de remuneração provenientes desses programas de outorga de compra de ações era de R\$72.727 em 30 de setembro de 2016.

Foi reconhecido como despesa com planos de opções de ações em função do decurso de prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$6.897 em 30 de setembro de 2016 (R\$5.470 em 30 de setembro de 2015).

O Conselho de Administração aprovou a alienação de 13.860.246 ações, em razão do exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano, referente as outorgas de 2007 a 2013 (1ª a 7ª).

al do período	Fina	s exercidas	Opções exercidas		Cancelamentos		Inío			_
Opções existentes	Elegíveis	Opções exercidas	Elegíveis	Opções canceladas	Elegíveis desligados	Custo máximo (R\$ mil)	Valor justo da opção	Opções	Elegíveis	Ano
-	-	1.673.004	21	989.304	10	4.477	1,68	2.662.308	31	2007
-	-	3.264.384	37	977.544	9	6.970	1,64	4.241.928	46	2008
-	-	2.220.108	41	839.916	10	3.614	1,18	3.060.024	51	2009
-	-	1.896.318	39	199.803	8	4.894	2,33	2.096.121	47	2010
41.136	1	1.489.135	37	221.174	7	7.726	4,41	1.751.445	45	2011
35.000	1	1.215.985	38	358.112	12	8.055	5,01	1.609.097	51	2012
226.038	5	2.101.312	35	672.650	12	10.994	3,66	3.000.000	52	2013¹
228.497	1	-	-	-	-	742	3,25	228.497	1	2014
2.404.066	43	-	-	275.331	4	11.858	4,43	2.679.397	47	2015
2.343.763	51	-	-	228.423	6	11.030	4,29	2.572.186	57	2015
392.680	1	-	-	-	-	2.367	6,03	392.680	1	2016
5.671.180	_	13.860.246		4.762.257	_	72.727		24.293.683	_	

¹Em 2013 um beneficiário exerceu o direito parcialmente

18. Segmentos operacionais

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes com porte acima de 200 beneficiários;
- (b) PME: clientes entre 3 a 199 vidas;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados à pessoas físicas;
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios através da Clidec; (ii) serviços administrativos e consultivos prestados pela

¹ Nas sete primeiras outorgas Randal Luiz Zanetti (ex Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração desde 01 de abril de 2014) foi voluntariamente não beneficiário.

² Desdobramentos de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.

³ A quantidade total outorgada de 24.293.683 ações representa 4,6% do capital total de 531.294.792 ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

OdontoPrev Serviços; (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada por intermédio da Dental Partner; (iv) desenvolvimento de programas de computação por meio da Easy; (v) seguros dentais através da Odontored.

A seguir destacamos a margem de contribuição por segmento operacional da Companhia e de suas Controladas:

										Companhia
	co	RPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL
	Período findo em 30	de setembro de	Período findo em	30 de setembro de	Período findo em	30 de setembro de	Período findo em 30	de setembro de	Período findo em 3	0 de setembro de
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contraprestações líquidas	711.234	699.942	142.977	123.827	185.165	124.484	-	-	1.039.376	948.253
Tributos diretos de operações com planos de										
assistência à saúde	(22.741)	(25.049)	(5.641)	(5.382)	(9.794)	(6.329)	-	-	(38.176)	(36.760)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	(38)	-	-
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE VENDAS	688.493	674.893	137.336	118.445	175.371	118.155		(38)	1.001.200	911.493
Custo de serviços¹	(389.305)	(340.123)	(62.419)	(46.779)	(43.694)	(31.098)	-	-	(495.418)	(418.000)
RESULTADO OPERACIONAL	299.188	334.770	74.917	71.666	131.677	87.057		(38)	505.782	493.493
Despesas de comercialização	(38.939)	(41.054)	(18.008)	(16.098)	(36.294)	(31.296)	-	-	(93.241)	(88.448)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	260.249	293.716	56.909	55.568	95.383	55.761		(38)	412.541	405.045
Margem x receita de vendas (%)	37,8	43,5	41,4	46,9	54,4	47,2		100,0	41,2	44,4
Margem x total (%)	63,1	72,5	13,8	13,7	23,1	13,8	-	0,0	100,0	100,0
Principais ativos alocados por segmento:										
Faturas a receber	102.732	100.875	6.618	6.291	44.668	25.464	-	-	154.018	131.582
Notas de débito	2.326	1.777	-	-	-	-	-	-	2.326	1.777
Provisão para perdas sobre créditos	(16.105)	(12.647)	(1.208)	(960)	(26.350)	(16.225)			(43.663)	(29.860)
Ativos alocados por segmento	88.953	90.005	5.410	5.331	18.318	9.239			112.681	103.499
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	17.664	15.267
resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	367.748	281.797
Despesas de comercialização diferidas	-	-	-	-	-	-	-	-	13.558	12.009
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	2.517	2.137
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	4.562	5.608
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.428	1.853
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	192.150	145.314
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	40.814	36.455
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	16.217	13.751
Intangível	<u>-</u>							<u> </u>	526.352	522.731
Ativos não alocados								•	1.183.010	1.036.922
TOTAL DOS ATIVOS	-	-						-	1.295.691	1.140.421

¹Exclui provisao de eventos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CORPORATIVO PME INDIVIDUAL OUTROS TOTAL Período findo em 30 de setembro de 2015 2016 2015 721.133 1.049.275 Contraprestações líquidas 711.685 142.977 123.827 185,165 124.484 959.996 Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde (23.253) (25.717) (5.641) (5.382) (9.794) (6.329) (38.688) (37.428) 6.641 5.558 Vendas de bens e serviços 6.641 5.558 (6.926) (6.926) (6.520) Impostos sobre vendas de bens e serviços Seguros 2.780 2.780 1.013.082 RECEITA DE VENDAS 697.880 685.968 137.336 118.445 175.371 118.155 2.495 (962) 921.606 Custo de servicos¹ (389.130) (346.903) (62.419) (46.779) (43.694) (31.098) (307) (495.550) (424.780) RESULTADO OPERACIONAL 308.750 339.065 74.917 71.666 131.677 87.057 2.188 (962) 517.532 496.826 Despesas de comercialização (38.961) (41.091) (18.008) (16.098) (36.294) (31.296) (93.256) (88.485) 2.195 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO 269.789 297.974 56.909 55.568 95.383 55.761 (962) 424.276 408.341 Margem x receita de vendas (%) 41,4 13,4 46,9 47,2 100.0 41,9 44,3 100,0 0,5 Margem x total (%) 73,0 13,6 22,5 100,0 63,6 13,7 (0,2)Principais ativos alocados por segmento: Faturas a receber 103.781 101.934 6.618 6.291 44.668 155.067 132.641 Seguros a receber 5.193 Notas de débito 1.777 1.777 2.326 2.326 (960) (30.057) Provisão para perd Ativos alocados por segmento 89.798 90.867 5.331 118.719 9.239 Ativos não alocados por segmento: Caixa e equivalentes de caixa 19.394 16.072 resultado 296.002 Despesas de comercialização diferidas 13.558 12.009 Créditos tributários e previdenciários 10.386 11.614 Outras contas a receber 9.316 8.254 897 Estoques 1.320 Despesas antecipadas 1.871 Realizável a longo prazo 198.055 150.072 Investimentos 5.758 Imobilizado 20.875 17.612 536.627 Intangível Ativos não alocados 1.201.287 1.051.708 TOTAL DOS ATIVOS 1.156.069 1.320.006

19. Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde (receita de vendas)

		Companhia	Consolidado		
	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30 de setembro de		
	2016	2015	2016	2015	
Contraprestações líquidas	1.039.376	948.253	1.049.275	959.996	
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(38.176)	(36.760)	(38.688)	(37.428)	
Venda de bens e serviços	-	-	6.641	5.558	
Impostos sobre vendas de bens e serviços	=	-	(6.926)	(6.520)	
Seguros	-	-	2.780		
	1.001.200	911.493	1.013.082	921.606	

20. Eventos indenizáveis líquidos (custo de serviços)

		Companhia		Consolidado
_	Período findo em 3	0 de setembro de	Período findo em 3	0 de setembro de
	2016	2015	2016	2015
Eventos indenizáveis líquidos	(451.416)	(377.276)	(448.397)	(378.469)
Encargos sociais sobre serviços	(29.775)	(24.991)	(29.839)	(25.152)
Materiais odontológicos	(10.888)	(7.327)	(6.077)	(4.726)
Demais custos operacionais	(3.339)	(8.406)	(10.932)	(16.433)
Materiais operacionais	(4.803)	(5.741)	(4.829)	(5.768)
Unidades próprias	-	-	(7.584)	(7.758)
(Provisões)/reversões	1.464	(2.665)	1.481	(2.907)
Variação da PEONA	(7.820)	(6.032)	(7.886)	(6.111)
Sinistros	-	-	(305)	-
Reservas técnicas de sinistro	-	-	(107)	-
	(503.238)	(424.032)	(503.543)	(430.891)

¹Exclui provisao de eventos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas de comercialização (despesas com vendas)

Correspondem às comissões incorridas junto às corretoras independentes e a outros canais de distribuição. Em 30 de setembro de 2016 totalizaram R\$93.241 e R\$93.256 (R\$88.448 e R\$88.485 em 30 de setembro de 2015), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

22. Despesas gerais e administrativas

	Companhia		Consolidado
Período findo em 3	0 de setembro de	Período findo em 30) de setembro de
2016	2015	2016	2015
(98.098)	(94.018)	(96.775)	(86.469)
(28.457)	(23.960)	(32.456)	(28.774)
(6.448)	(6.563)	(6.680)	(6.800)
(8.665)	(3.842)	(8.889)	(5.031)
(4.827)	(4.261)	(5.275)	(4.620)
(1.251)	(4.335)	(1.742)	(2.727)
(147.746)	(136.979)	(151.817)	(134.421)
	2016 (98.098) (28.457) (6.448) (8.665) (4.827) (1.251)	Período findo em 30 de setembro de 2016 2015 (98.098) (94.018) (28.457) (23.960) (6.448) (6.563) (8.665) (3.842) (4.827) (4.261) (1.251) (4.335)	Período findo em 30 de setembro de Período findo em 30 2016 2015 2016 (98.098) (94.018) (96.775) (28.457) (23.960) (32.456) (6.448) (6.563) (6.680) (8.665) (3.842) (8.889) (4.827) (4.261) (5.275) (1.251) (4.335) (1.742)

23. Resultado financeiro

		Companhia	Consolidado		
	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30	de setembro de	
	2016	2015	2016	2015	
Rendimentos de aplicações financeiras	35.261	26.146	36.543	27.139	
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	2.512	2.316	2.512	2.316	
Outras	1.271	1.322	1.708	1.868	
Receitas financeiras	39.044	29.784	40.763	31.323	
Reversão dos juros sobre capital próprio	34.641	27.439	34.641	27.439	
Tarifas bancárias	(2.316)	(1.666)	(2.352)	(1.691)	
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(20.977)	(15.582)	(20.986)	(15.610)	
Juros sobre o capital próprio	(34.641)	(27.439)	(34.641)	(27.439)	
Outras despesas financeiras	(568)	(500)	(657)	(582)	
Despesas financeiras	(58.502)	(45.187)	(58.636)	(45.322)	
	15.183	12.036	16.768	13.440	

24. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social

		Companhia	Consolidado Período findo em 30 de setembro de		
_	Período findo em 30	de setembro de			
	2016	2015	2016	2015	
Base de cálculo IRPJ e CSLL	221.971	242.904	224.972	245.809	
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34	34	
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(75.470)	(82.587)	(76.490)	(83.575)	
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:					
Equivalência patrimonial	1.877	501	-	-	
Provisão para contingências	(17.100)	(14.004)	(17.232)	(14.013)	
Provisão para perdas sobre créditos	(3.699)	(98)	(3.769)	44	
Provisões diversas	(299)	(632)	(274)	(503)	
Amortização do ágio	389	14.280	389	14.280	
Juros sobre capital próprio	11.778	9.329	11.778	9.329	
Outorga de opções de ações	(2.345)	(1.860)	(2.345)	(1.860)	
Outras	64	(1.637)	494	(2.834)	
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(84.806)	(76.708)	(87.449)	(79.132)	
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	19.751	(5.277)	19.661	(5.539)	
IRPJ e CSLL	(65.055)	(81.985)	(67.788)	(84.671)	
Alíquota efetiva	-29,3%	-33,8%	-30,1%	-34,4%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Lucro por ação

(a) Básico

	Periodo findo er				
	julho a setembro		janeiro a setemb		
	2016	2015	2016	2015	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	44.168	43.482	156.916	160.919	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	529.732	527.428	528.482	527.335	
Lucro básico por ação (R\$)	0,08338	0,08244	0,29692	0,30516	

(b) Diluído

			Perío	do findo em
	julho	a setembro	janeiro a setembro	
	2016	2015	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	44.168	43.482	156.916	160.919
Ações ordinárias (em milhares)				
Quantidade média ponderada de ações emitidas	529.732	527.428	528.482	527.335
Ajuste de opções de compra de ações	5.671	6.540	5.671	6.540
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	535.403	533.968	534.153	533.875
Lucro diluído por ação (R\$)	0,08249	0,08143	0,29377	0,30142

26. Compromissos

A Companhia e suas Controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, com os respectivos vencimentos abaixo:

		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30 d	e setembro de	Período findo em 30 d	e setembro de
	2016	2015	2016	2015
Até um ano	4.001	2.952	6.301	5.022
Acima de um ano até cinco anos	4.197	6.833	5.930	9.384
	8.198	9.785	12.231	14.406

Todos os contratos são canceláveis mediante multa rescisória.

27. Partes relacionadas

A Companhia e suas Controladas e Coligadas mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	_			Oper	ações da Compa	inhia com suas C	ontroladas e Col	igadas (nota 1)
				OdontoPrev	_	Dental		
<u>Ativo/(Passivo)</u>	<u>Natureza</u>	OdontoPrev	Clidec	Serviços	Easy	Partner	Rede Dental	Brasildental
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	2.201	-	351	-	1.205	-	-
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(1.205)	-	-	-	-	-	(2.552)
Receita/(Despesa)								
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	18.322	-	-	-	-	-	(18.244)
	Material e serviços odontológicos	-	-	-	-	10.320	-	-
Vendas de bens e serviços	Serviços Administrativos	-	12.465	27.606	-	-	-	(3.020)
Eventos indenizáveis líquidos	Serviços odontológicos	(8.369)	-	-	-	-	-	-
Materiais odontológicos	Materiais odontológicos	(10.320)	-	-	-	-	-	-
Administrativas	Serviços administrativos	(28.654)	-	(58)	(46)	-	(2)	-
30 de setembro de 2016	- -	(29.021)	12.465	27.548	(46)	10.320	(2)	(21.264)
31 de dezembro de 2015	-	(49.017)	12.653	38.947	(77)	10.720	(127)	(13.099)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev faz parte, relacionadas a seguir:

				Consolidado
	Empresas relacionadas com Banco			30 de setembro de
Transações	Bradesco	Nat	ureza	2016
Ativo/(Passivo)				
Disponibilidades	Banco Bradesco S.A.	Conta corrente		3.522
Contraprestações a receber	Banco Bradesco S.A.	Contraprestações a receber		5.412
Fornecedores de seviços	Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica para os funcionários		(113)
Fornecedores de seviços	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida para os funcionários		(69)
Fornecedores de seviços	Bradesco Cartões S.A.	Viagens e estadias diretoria e funcionários		(324)
Receita/(Despesa)				
Contraprestação emitida	Banco Bradesco S.A.	Receita de contraprestações		48.094
Outras receitas operacionais	Mediservice	Taxa de administração		598
Despesa de comercialização	Bradseg Promotora de Vendas S.A.	Despesa de comissões		(6.476)
Despesa de escrituração	Banco Bradesco S.A.	Escrituração de ações		(30)
Despesa de assistência médica e odontológica	Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica para os funcionários		(5.325)
Despesa de seguro em grupo	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida para os funcionários		(99)
Despesa de aluguel	Banco Bradesco S.A.	Aluguéis sucursais		(55)
Despesa de viagens e estadias	Banco Bradesco Cartões S.A.	Viagens e estadias diretoria e funcionários		(2.370)
Despesa de seguros	Bradesco Auto Re Cia de Seguros	Seguro de responsabilidade civil e seguro fiança		(91)
Despesas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Despesa de administração de aplicações		(70)
Despesas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Despesa de tarifa bancária		(1.848)
				32.327

Em fevereiro de 2016, a Controlada Clidec, encerrou o contrato de locação comercial de imóvel situado na Avenida Paulista, nº 2.444, conjunto 151, com o Sr Artemio Luiz Zanetti, pai do Sr. Randal Luiz Zanetti. O total de pagamentos realizados até o encerramento do contrato totalizou R\$9.

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 30 de setembro de 2016, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$6.743 (R\$5.337 em 30 de setembro de 2015) e R\$8.174 (R\$6.404 em 30 de setembro de 2015), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

A remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, segregada entre seus componentes fixos e variáveis, estão assim compostos:

Período findo em 30 de setembro			
2016	2015		
5.807	4.768		
3.383	3.055		
237	192		
-	32		
2.187	1.489		
1.030	1.076		
1.030	1.076		
241	224		
241	224		
7.078	6.068		
	2016 5.807 3.383 237 - 2.187 1.030 1.030 241 241		

Os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (nota 17.6):

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Início do período		Ca	ncelamentos	Opçõe	s exercidas	Fina	al do período
_			Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	6	1.285.488	3	584.424	3	701.064	-	-
2008	5	1.397.592	2	488.916	3	908.676	-	-
2009	7	1.378.356	3	678.084	4	700.272	-	-
2010	5	787.521	-	-	5	787.521	-	-
2011	5	533.829	1	126.934	4	406.895	-	-
2012	7	617.288	1	100.000	6	517.288	-	-
2013¹	7	1.202.331	1	212.264	5	919.312	1	70.755
2014	1	228.497	-	-	-	-	1	228.497
2015	7	1.160.215	1	94.057	-	-	6	1.066.158
2015	8	1.128.360	1	89.658	-	-	7	1.038.702
2016	1	39.268	-	-	-	-	1	392.680
		9.758.745	•	2.374.337	-	4.941.028		2.796.792

¹Em 2013 um beneficiário exerceu o direito parcialmente.

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

28. Seguros

A política da Companhia e de suas Controladas é manter cobertura de seguros em face dos riscos envolvidos, conforme destacado:

		Consolidado
	Período findo em 30 de setembro de	
	2016	2015
Prédio	50.956	43.450
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	25.697	22.601
Danos materiais	76.653	66.051
Lucros cessantes	145.640	146.370
Responsabilidade civil administradores e diretores	60.000	60.000
	282.293	272.421

29. Instrumentos financeiros derivativos

Conforme acordo entre OdontoPrev e Odontored, assinado em 01 de abril de 2016, os acionistas minoritários a partir de 01 de abril de 2019 poderão exercer a opção de venda de suas ações à OdontoPrev, bem como a OdontoPrev, a partir da mesma data, poderá exercer a opção de compra das ações dos acionistas minoritários (nota 16.3).

30. Eventos Subsequentes

Na reunião do Conselho de Administração (RCA) de 26 de outubro de 2016 foi aprovada a distribuição de R\$23.998 a título de dividendos antecipados referentes ao exercício de 2016, a serem pagos em 05 de dezembro de 2016.